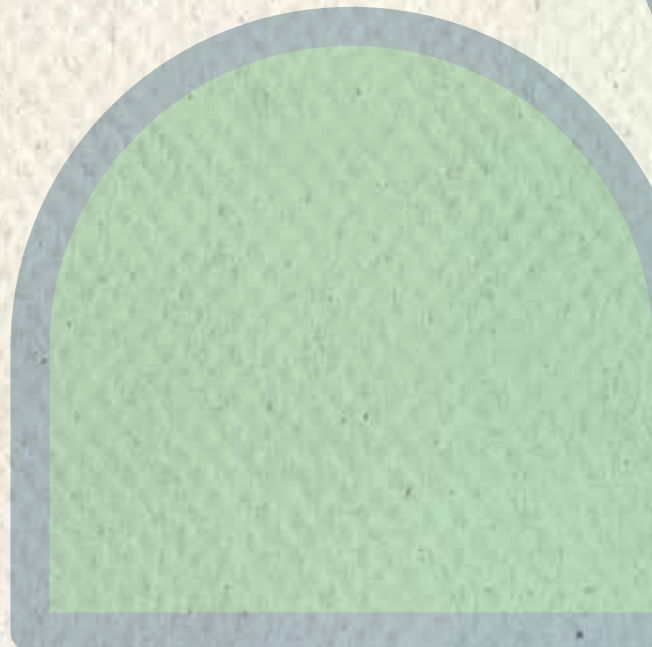
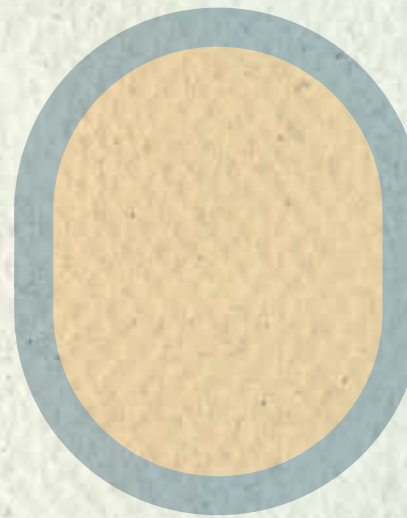
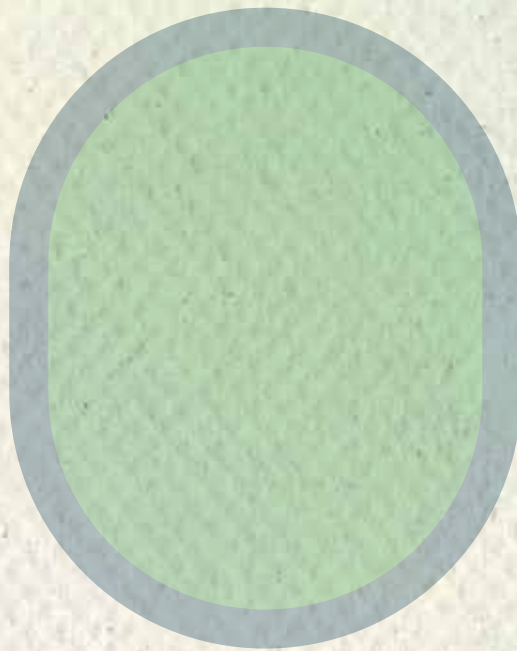


Diálogos
**Governo -
Sociedade Civil**
PLANO
BRASIL SEM MISÉRIA



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza

Devolutiva
Diálogos Governo - Sociedade Civil:
Plano Brasil Sem Miséria

Brasília
2012

Índice

O Plano Brasil Sem Miséria	5
Busca Ativa	6
Os três eixos	6 a 8
Primeira Infância	8 e 9
Características das iniciativas que compõem o BSM	10 e 11
Participação Social	11
Devolutiva do primeiro Encontro	12 a 37
1. Busca Ativa	12 e 13
2. Garantia de renda	13 a 16
3. Inclusão produtiva	16 e 17
5. Inclusão produtiva urbana	17 a 20
6. Inclusão produtiva rural	20 a 25
7. Acesso a serviços – sensibilização para atendimento ao público-alvo	25 e 26
8. Acesso a serviços – Saúde, Educação e outros serviços	26 a 29
9. Acesso a serviços – Assistência Social	29 e 30
10. Acesso a Serviços Segurança Alimentar e Nutricional	30 a 32
11. Pacto Federativo	32 e 33
12. Intersetorialidade e Territorialidade	33 e 34
13. Orçamento	34 e 35
14. Estatísticas	35
15. Participação Social	36 e 37
Glossário e Siglas	38 e 39



Por orientação da Presidenta Dilma Rousseff, a proposta do plano nacional para superação da extrema pobreza “Brasil Sem Miséria” foi discutida com os principais segmentos da sociedade civil antes de seu lançamento, em oito grandes diálogos setoriais promovidos pela Secretaria Geral da Presidência da República e pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O presente documento, a que chamamos “Devolutiva”, é um relato à sociedade civil sobre as providências adotadas no Brasil Sem Miséria a partir das questões colocadas nos diálogos realizados em 2011.

O Plano Brasil Sem Miséria

Com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), o governo da Presidenta Dilma reforça o compromisso do governo Lula de crescer distribuindo renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social e ousa ir além, colocando ao Estado e a toda a sociedade brasileira o ambicioso desafio de superar a extrema pobreza.

O público prioritário do Plano, instituído pelo Decreto 7.492, de 2 de junho de 2011, são os cerca de 16,2 milhões de brasileiros identificados pelo Censo 2010 que, a despeito dos reconhecidos avanços sociais e econômicos do país, ainda estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal inferior a R\$ 70.

Sabemos, contudo, que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda – insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia. Superar a extrema pobreza requer, portanto, a ação intersetorial do Estado.

É por isso que o BSM, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), envolve também a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência da República; o Ministério da Fazenda; o do Planejamento, Orçamento e Gestão; o do Desenvolvimento Agrário; o da Educação; o da Saúde; o das Cidades; o do Trabalho e Emprego; o da Integração Nacional; o do Meio Ambiente; o de Minas e Energia e outros ministérios, além de bancos públicos, outros órgãos e entidades, estados e municípios, com a parceria do setor privado e do terceiro setor.

Todos os estados brasileiros aderiram ao BSM, por meio de pactuação voluntária. A forte articulação federativa que permeia o Plano é uma de suas principais características. A Presidenta Dilma Rousseff e a Ministra Tereza Campello foram a todas as regiões do Brasil lançar pactos regionais, assinados por todos os governadores, para a superação da extrema pobreza. Vários estados, inclusive, lançaram planos próprios, potencializando ações que envolvem o Governo Federal e lançando ou fortalecendo ações próprias. Com isso, o esforço para superar a extrema pobreza ganha componentes estaduais com desenhos adaptados às formas com que a pobreza se manifesta em cada parte do Brasil, um movimento coordenado sem precedentes em termos de federalismo social.

Iniciativas anteriores ao BSM que vinham apresentando resultados expressivos no combate à pobreza, nas diversas formas em que ela se manifesta, foram ampliadas e revigoradas no Plano, como é o caso do Programa Bolsa Família e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mas o BSM também trouxe novidades, como a Ação Brasil Carinhoso, o Programa Bolsa Verde e o Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

A intersetorialidade construída a partir do Programa Bolsa Família é paradigmática no Plano: os valores do Bolsa Verde e do Fomento são pagos no mesmo cartão do Bolsa Família; a atuação da rede de saúde viabiliza o pagamento de benefícios a gestantes; e o MEC prioriza escolas com maior número de estudantes do Bolsa Família na expansão do Programa Mais Educação, para citar apenas alguns exemplos.

Busca Ativa

A escala nacional e o caráter intersetorial e intergovernamental do BSM requerem que ele se apoie em ferramentas e redes como o Cadastro Único para Programas Sociais, que reúne essas três características, e a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que reúne a primeira e a última delas.

O Cadastro Único é o principal instrumento de identificação e seleção de famílias de baixa renda para inserção em programas e políticas sociais no Brasil. São cerca de 22 milhões de famílias de baixa renda registradas, o que corresponde a aproximadamente 75 milhões de pessoas, incluindo a maior parte da população extremamente pobre do país. O cadastramento é feito por todos os municípios do Brasil, o que é um dos elementos que conferem centralidade aos entes municipais no Plano.

Contudo, em que pese o esforço de inclusão da população de baixa renda no Cadastro Único, ainda persistia um percentual de exclusão. Para que o BSM alcance a totalidade de seu público-alvo, uma das metas é encontrar e cadastrar todas as famílias extremamente pobres ainda não localizadas. Muitas delas vivem em áreas isoladas, nos bolsões de pobreza dos grandes centros urbanos ou em outras áreas nas quais é difícil o acesso aos programas e serviços oferecidos pelo poder público. Tais famílias dificilmente teriam as informações ou os meios para buscar esses programas e serviços, e por isso o Estado não pode esperar que elas venham até ele. O poder público é que deve ir aonde a extrema pobreza está.

A Busca Ativa é a estratégia do BSM para encontrar e cadastrar essas famílias, sem esperar que elas cheguem até o Estado. Desenvolvida junto aos municípios, a Busca Ativa é impulsionada pela criação de equipes volantes da assistência social e pelo aumento de repasses de recursos do Governo Federal para as prefeituras. Graças a essa estratégia, 687 mil famílias anteriormente “invisíveis” foram incluídas no Cadastro Único desde o lançamento do Plano até maio de 2012, e já estão recebendo o Bolsa Família e outros benefícios sociais.

Os três eixos

O BSM envolve cerca de 100 ações, em três grandes eixos de atuação. O eixo garantia de renda, relativo às transferências monetárias para alívio imediato da situação de extrema pobreza; o eixo inclusão produtiva, com oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda ao público-alvo do Plano; e o eixo acesso a serviços públicos, para provimento ou ampliação de ações de cidadania e de bem-estar social.

No eixo garantia de renda, o BSM dá atenção especial às crianças, pois cerca de 40% da população em extrema pobreza tem menos de 14 anos. Para reduzir a extrema pobreza infantil, os benefícios do Bolsa Família relativos a crianças e jovens tiveram forte reajuste em 2011. A quantidade desses benefícios que cada família pode receber aumentou de três para cinco. E teve início o pagamento de benefícios a mulheres grávidas ou em fase de amamentação.

Uma iniciativa criada no âmbito do BSM e tendo como foco as crianças é a Ação Brasil Carinhoso Iniciada em 2012, ela se destina às famílias extremamente pobres com filhos na primeira infância, fase essencial para o desenvolvimento. Em sua vertente de transferência de renda, o Brasil Carinhoso instituiu o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), que assegura renda mínima de R\$ 70,00 por pessoa a todas as famílias beneficiárias do Bolsa Família que tenham pelo menos uma criança de 0 a 6 anos. O novo benefício é concedido às famílias que, mesmo recebendo os benefícios do Programa Bolsa Família, não alcançaram o patamar de R\$ 70 por pessoa, ou seja, ainda se encontram abaixo da linha da extrema pobreza. O pagamento dos benefícios do Brasil Carinhoso começou em junho de 2012, já com enorme impacto: redução de 62% na extrema pobreza entre as crianças de 0 e 6 anos, e de 40% em todas as faixas etárias, uma vez que o benefício é pago a toda a família. Os esforços para a superação da pobreza infantil são melhor detalhados abaixo, no item “Primeira infância”.

O eixo garantia de renda ganhou ainda mais impulso com a adesão dos estados ao BSM. Nove estados e o Distrito Federal assumiram o compromisso de complementar a renda das famílias brasileiras que, mesmo com os recursos do Bolsa Família, não conseguem superar o patamar da extrema pobreza. Com o advento do Brasil Carinhoso, o compromisso firmado pelos governadores se mantém, mas o esforço fiscal requerido dos estados diminuiu porque o governo federal assumiu integralmente o desafio de atender, em todo o país, as famílias com crianças de 0 a 6 anos.

No eixo inclusão produtiva, em sua vertente urbana, o objetivo é aproveitar a comprovada disposição do público do BSM para o trabalho e promover sua qualificação profissional e o acesso a outras políticas do setor, melhorando a inserção no mundo do trabalho, com elevação de renda e ampliação de direitos, incluindo o acesso à seguridade social. O carro-chefe na inclusão produtiva é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/BSM), que já tinha 123 mil pessoas inscritas em maio de 2012. Mas o BSM também apoia quem prefere trabalhar por conta própria, oferecendo o microcrédito produtivo orientado do Programa Crescer, incentivando os trabalhadores autônomos a se tornarem Microempreendedores Individuais (MEI) e promovendo ações de Economia Solidária.

Embora apenas 15% dos brasileiros estejam na zona rural, metade da população em extrema pobreza vive no campo. Daí a importância das ações de inclusão produtiva rural, que ajudam as famílias em extrema pobreza a produzir mais e melhor e a comercializar seus produtos.

Para apoiar a estruturação da produção familiar, o Plano oferece assistência técnica ao agricultor extremamente pobre, sementes de qualidade e recursos para a aquisição de equipamentos e outros insumos – aumentando a quantidade e a qualidade da produção. A venda da produção excedente é viabilizada por compras públicas e privadas. O acesso à água de qualidade para consumo e produção e à energia elétrica também é fundamental para melhorar a vida e as condições de trabalho no campo, e por isso tem especial atenção no BSM. Em um ano de BSM foram feitos mais de 1 milhão de atendimentos em ações de inclusão produtiva rural.



Por fim, no eixo acesso a serviços públicos, as localidades onde há deficiência na oferta foram mapeadas, permitindo ao BSM atuar nas regiões que mais carecem de Unidades Básicas de Saúde (UBS), escolas de educação integral e centros de atendimento da assistência social. Além de ampliar a rede de atendimento nessas áreas, o Plano permite ofertar mais e melhores serviços a quem mais precisa deles.

O BSM dá atenção especial, em todos os eixos, a crianças, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios, povos e comunidades tradicionais e outros grupos em situação de vulnerabilidade social que fazem parte do público-alvo do Plano.

O MDS, por meio da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP), coordena o BSM e é responsável por sua gestão, avaliação e monitoramento, feito por meio de salas de situação temáticas, com reuniões periódicas das quais participam representantes do Governo Federal envolvidos em uma determinada ação ou vertente do Plano. A divulgação periódica de dados (evolução quantitativa e qualitativa das ações; resultados atingidos; restrições e dificuldades na execução das ações, entre outras) tem a função de oferecer a prestação de contas do Plano, possibilitando o acompanhamento pelos setores público e privado e pela sociedade civil.

Primeira infância

Um dos dados mais alarmantes do diagnóstico que embasou o desenho do BSM foi a constatação, já mencionada acima, de que cerca de 40% da população que se encontrava em situação de extrema pobreza à época do lançamento do Plano tinha menos de 14 anos. A principal medida do Plano para lidar com esse problema é Ação Brasil Carinhoso, criada em 2012 para retirar da miséria todas as famílias com filhos entre 0 e 6 anos.

Além de incrementar a transferência de renda, a iniciativa fortalece a educação, com aumento de vagas nas creches e cuidados adicionais na saúde, incluindo suplementação de vitamina A, sulfato ferroso e medicação gratuita contra asma. Tudo isso numa fase crucial para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças, a primeira infância. As ações envolvem o MDS, o Ministério da Saúde (MS) e o MEC.

O já mencionado Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância começou a ser pago por meio do cartão do Bolsa Família em junho, retirando imediatamente da extrema pobreza 2,7 milhões de crianças, em quase 2 milhões de famílias. O objetivo do BSM é garantir que todas as famílias extremamente pobres com pelo menos uma criança de até 6 anos tenham renda mínima superior a R\$ 70 por pessoa. Daí a importância das ações de Busca Ativa para cadastramento e sua inclusão no Bolsa Família.

A Ação Brasil Carinhoso também incentiva a ampliação de vagas para crianças de 0 a 48 meses em creches públicas ou conveniadas com o poder público. Por um lado, o MEC antecipa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para as novas turmas de educação infantil abertas pelos municípios e pelo Distrito Federal, que de outra forma teriam que esperar pela divulgação dos resultados do Censo Escolar da Educação Básica para receber os recursos. Em outra frente, o BSM repassará 50% mais recursos por vaga destinada às crianças beneficiárias do Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas. Também será ampliado em 66% o valor repassado para alimentação escolar de todas as crianças matriculadas em creches públicas e conveniadas. E o Programa Saúde na Escola, do MS será estendido às creches e pré-escolas, ampliando ações de promoção e prevenção na primeira infância.

O MS também vai expandir, a partir de agosto de 2012, a distribuição de doses de vitamina A para crianças entre 6 meses e 5 anos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e em campanhas de vacinação. A medida previne a deficiência de vitamina A, que acomete 20% das crianças menores de 5 anos e, quando severa, provoca deficiência visual (cegueira noturna), aumenta o risco de morbidades e mortalidade e o risco de as crianças desenvolverem anemia.

A Ação Brasil Carinhoso prevê também o aumento da oferta de sulfato ferroso na Rede de Atenção Básica de Saúde, visto que a necessidade de ferro das crianças menores de 24 meses é muito elevada e dificilmente provida apenas por alimentos, o que pode levar à deficiência de ferro e à anemia, que prejudica o desenvolvimento.

A distribuição gratuita de medicamentos para asma – a segunda maior causa de internação e óbito de crianças – a partir de junho de 2012 nas unidades do Aqui Tem Farmácia Popular completa o pacote da Ação Brasil Carinhoso. Ao todo, são 20.374 farmácias privadas conveniadas ao programa e 554 unidades da rede própria.

Outras ações do BSM destinadas à primeira infância:

- O reajuste dos benefícios do Bolsa Família, concedido em março de 2011 como um primeiro passo para o lançamento do BSM, foi mais concentrado nos benefícios relacionados às crianças e jovens de até 15 anos (chamados benefícios variáveis), que tiveram aumento de 45%;
- O limite de benefícios variáveis que cada família pode receber foi ampliado de três para até cinco benefícios. A medida gerou 1,3 milhão de novos benefícios relacionados a crianças e jovens de até 15 anos;
- Teve início o pagamento de benefícios variáveis a famílias com gestantes, em nove parcelas a partir do registro da gravidez pelo sistema da Saúde;
- Começou a ser pago o benefício variável nutriz, para famílias com bebês de até seis meses. Ele é pago em seis parcelas, a partir da inclusão do bebê no Cadastro Único.



Características das iniciativas que compõem o BSM

O BSM inclui diversas políticas públicas já existentes e consolidadas, influenciando-as de acordo com a ótica da extrema pobreza. Inclui também iniciativas desenhadas especialmente para compor o Plano. Em qualquer um dos casos, para fazerem parte do BSM, as ações precisam ter características que façam frente à meta ousada do Plano – retirar milhões de pessoas da extrema pobreza, num esforço que abrange todo o território nacional, em um prazo relativamente curto. Assim sendo, as principais características das ações do BSM são:

- foco no público extremamente pobre;
- grande escala, de modo a atingir um contingente significativo de população;
- perspectiva nacional (ainda que com destaques regionais), de maneira a alcançar os extremamente pobres de todo o país; e
- estrutura que permita execução ágil, de modo a garantir a tempestividade requerida, dado o prazo de duração do Plano (até 2014).

Nem todas as ações que fazem parte do BSM estão assim identificadas no Orçamento Geral da União (OGU). Isso se deve ao fato de que, por seu caráter universal, elas já alcançam o público em extrema pobreza, tendo ou não um componente desenhado especificamente para esse segmento da população. É o caso das ações de Saúde e Educação, que já possuem sua própria estrutura de repasse aos entes federados responsáveis pela execução das políticas nos territórios. A construção, reforma ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) é um exemplo: faz parte do Plano por priorizar a expansão em áreas com grande concentração de extrema pobreza, mas não consta do Orçamento como tal porque não está restrita a elas. Outro exemplo é o Programa Mais Educação, que oferece educação em período integral em escolas de todo o país, priorizando em sua expansão escolas com maioria de alunos do Programa Bolsa Família, sem contudo limitar-se a essas escolas.

Por outro lado, há programas que constam do Orçamento como sendo BSM, ainda que nem todo o seu público seja o de extrema pobreza. É o caso do Bolsa Família, que atende famílias pobres e extremamente pobres. A marcação como BSM justifica-se pela volatilidade da renda do público-alvo do programa, que frequentemente transita entre as situações de pobreza e extrema pobreza.

Outros programas, como o Bolsa Verde e o Fomento, foram criados especificamente como parte do BSM e estão voltados exclusivamente a uma parcela da população em extrema pobreza.

Existem também políticas, programas e ações que, embora desenvolvidas paralelamente ao Plano, têm efeitos importantes em termos de redução da extrema pobreza. Numa interpretação

mais ampla, portanto, devem ser consideradas parte do esforço para superá-la. Previdência e Benefício de Prestação Continuada (BPC) fazem parte desse grupo, composto também por programas constantes de outros grandes planos estruturantes, como o Minha Casa Minha Vida e as obras de saneamento do PAC, fundamentais para a superação da extrema pobreza.

Participação social

As políticas públicas integrantes do BSM contam com instâncias já consolidadas e fóruns constituídos pelos ministérios diretamente responsáveis, em parceria com a sociedade civil. A participação social no Plano não visa replicar ou substituir as instâncias já existentes, mas pautar a discussão do BSM enquanto estratégia abrangente para a superação da extrema pobreza e promover a articulação de políticas de forma transversal por meio do debate com a sociedade.

Nos diálogos com a sociedade civil realizados em maio de 2011 com o objetivo de apresentar o BSM e discuti-lo, surgiram questionamentos e sugestões para os quais o Plano buscou respostas práticas e soluções aplicáveis. A devolutiva desses tópicos, levantados no primeiro grande evento do BSM com a sociedade civil, é apresentada no documento que segue, para que haja continuidade desse importante canal de comunicação com os representantes das mais diversas entidades e movimentos sociais.

O segundo encontro com a sociedade civil no âmbito do BSM, marcado para 8 de agosto de 2012, tem como objetivo avançar no processo de aprimoramento do diálogo com a sociedade, em especial com os diversos atores sociais que participam ativamente do esforço para a superação da extrema pobreza, incluindo movimentos do campo, urbanos, organizações não-governamentais, conselhos de políticas públicas, centrais sindicais, comunidades religiosas, rede de educação cidadã, confederações patronais, organizações de responsabilidade social e empresarial. Nesse encontro, será apresentada uma proposta do Governo Federal para participação social no BSM.

Essa proposta consta de um documento denominado “Mobilização e Participação Social no Plano Brasil Sem Miséria”, que pode ser acessado pelo portal BSM (www.brasilsemmiseria.gov.br). Em síntese, ela contempla Diálogos Governo e Sociedade Civil; Diálogos em Conselhos e Conferências; Diálogos Regionais; e Outras Formas de Diálogo, além de uma estratégia de comunicação que envolve o portal BSM, um boletim eletrônico e a utilização das redes sociais.



Devolutiva

A seguir, os principais tópicos discutidos durante a primeira rodada de Diálogos com a sociedade civil (em itálico) e os encaminhamentos dados para avançar nessa que é uma das metas mais ousadas e importantes para o país, a da superação da extrema pobreza. Questões que se repetiram, com variantes de enunciado e foco, foram aglutinadas para que o documento não se tornasse demasiadamente longo e repetitivo. Onde não houver menção à data de coleta das informações, as respostas dos diversos órgãos e entidades envolvidos no BSM são referentes a maio de 2012.

Busca Ativa

- Implementar medidas administrativas que possibilitem que determinados grupos populacionais possam ser incorporados nas políticas públicas: catadores de material reciclável, população em situação de rua, povos e comunidades tradicionais.
- Empoderar os movimentos e as organizações sociais para que exerçam controle social sobre as prefeituras de modo a garantir a qualidade do cadastramento das famílias extremamente pobres.
- Articular com os prefeitos para que incluam no Cadastro aqueles que mais necessitam dos programas de transferência de renda a partir de critérios técnicos.

O BSM tem por objetivo chegar a todos os brasileiros em situação de extrema pobreza. A estratégia de Busca Ativa viabiliza, por meio da inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, o acesso a uma série de programas, entre eles o Bolsa Família. Para potencializar as ações de Busca Ativa, o BSM reforça a rede de Assistência Social, com ênfase em Equipes Volantes e Abordagem Social, articulada à expansão e qualificação das redes e dos serviços ofertados nos CRAS, CREAS, Centros POP e Serviços de Acolhimento para População de Rua.

O BSM conta com ações específicas voltadas para catadores de material reciclável, pessoas em situação de rua, povos e comunidades tradicionais, assentados, agricultores familiares, entre outros. Todos esses grupos podem ser identificados no conjunto de famílias que estão no Cadastro Único para Programas Sociais a partir da versão 7 do sistema, implantada ao longo de 2011. A necessidade de apresentação de CPF e título de eleitor é flexibilizada para a inclusão de famílias indígenas e quilombolas no Cadastro Único.

Foram publicados guias específicos para cadastramento de Indígenas, Quilombolas e População em Situação de Rua no ano de 2009. Em 2011, foi publicada filipeta com a breve caracterização de 12 novos grupos específicos passíveis de serem identificados no Cadastro Único. Atualmente, está sendo elaborado Guia com orientações para o cadastramento de 13 grupos populacionais tradicionais e específicos (como ciganos, extrativistas, comunidades de

terreiro, ribeirinhos etc). Para a elaboração desse Guia foram realizadas oficinas e consultas aos diversos movimentos sociais, em especial às lideranças ciganas, comunidades de terreiro, catadores de material reciclável, movimento dos atingidos por empreendimentos de infraestrutura e movimentos de luta pela terra. Colocado em consulta pública, o Guia recebeu 86 contribuições, das quais 80 foram aprovadas e estão sendo incorporadas ao texto, que em seguida será publicado.

No âmbito do BSM, umas das mais importantes contribuições da sociedade civil e suas organizações é o compartilhamento de informações existentes sobre o público em situação de vulnerabilidade e sobre os problemas específicos enfrentados por essa população. Muito embora os movimentos sociais não possam fazer diretamente o cadastramento – realizado pelos municípios, pois trata-se de um procedimento que requer fé pública e possibilidade de responsabilização – sua atuação é muito importante para qualificar o processo de cadastramento.

Assim, a participação das organizações da sociedade civil na Busca Ativa para inclusão e atualização cadastral deve ser articulada junto ao responsável pelo Cadastro Único e pelo Programa Bolsa Família em cada esfera federativa. Para encontrar o contato do responsável em seu estado, acesse <http://www.mds.gov.br/sistemagestaobolsafamilia/>

Outra forma de participar é por meio das Instâncias de Controle Social (ICS) do Programa Bolsa Família. Todos os estados ou municípios, ao aderirem ao Programa, precisam constituir uma instância de controle, ou designar uma já existente, que pode ser o Conselho Municipal de Assistência Social, por exemplo. A ICS é um conselho constituído de forma paritária, ou seja, com metade dos membros da sociedade civil e a outra metade do governo, com o objetivo de garantir uma maior participação e o controle social pela sociedade civil. Ela atua no planejamento das ações, na definição das prioridades de atuação, na decisão sobre alocação de recursos de apoio à gestão local, podendo apoiar na identificação das famílias mais vulneráveis e no apoio à fiscalização do Programa. Para que a ICS funcione de maneira eficaz, seus membros devem se informar sobre as regras de funcionamento do Cadastro Único e do Bolsa Família e das possibilidades de atuação da gestão local. Para mais informações, consulte <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/controle-social/gestor/controle-social>

Quanto às orientações para inclusão de famílias no Cadastro Único pelos municípios, os critérios são técnicos e objetivos, relacionados à renda, composição da família e perfil do domicílio. No caso das famílias com perfil para receber o Bolsa Família, cada município tem um parâmetro para a quantidade a incluir (estimativa de famílias pobres feita com base no Censo), não podendo ir muito além desse limite. A divulgação obrigatória das famílias beneficiadas e as constantes auditorias e revisões cadastrais coíbem abusos.

Garantia de renda

- Outorgar prioridade às mulheres.
- Desburocratizar o acesso a recursos públicos por parte dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais.

- Recompôr os valores das aposentadorias e pensões.
- Incluir no BSM os programas de Abono Salarial e Seguro-Desemprego.
- Estender as coberturas do BPC e da Previdência para os idosos extremamente pobres.
- Criar um sistema especial de inclusão previdenciária para as pessoas que se dedicam ao trabalho doméstico não remunerado.

A disparidade de renda entre os sexos também é grande, especialmente no campo. Contudo, em muitos casos, a renda das mulheres pobres no campo já é maior que a dos homens por causa da titularidade do Programa Bolsa Família, dada preferencialmente às mulheres. Não fosse pelo Bolsa Família, muitas mulheres pobres e extremamente pobres, no campo e na cidade, não teriam acesso a rendimentos próprios. A titularidade preferencialmente feminina fortalece a participação da mulher na gestão da renda familiar. Pesquisas mostram que o Bolsa Família está surtindo efeitos positivos de empoderamento feminino, reforçados pelos reajustes e pelos aumentos nas quantidades de benefícios proporcionados pelo BSM.

Em 2011, com o BSM, os benefícios do Bolsa Família foram reajustados e aumentou a quantidade de benefícios relativos a crianças e jovens de 0 a 15 anos (de um máximo de três para até cinco) por família. Além disso, começaram a ser pagos benefícios para gestantes e nutrízes. Em 2012 foi lançado o Brasil Carinhoso, que em sua vertente de transferência de renda garante ingresso familiar per capita acima de R\$ 70 para famílias do Bolsa Família com pelo menos uma criança de 0 a 6 anos. Tudo isso potencializa o empoderamento feminino proporcionado pelo Bolsa Família (ver itens “Os três eixos” e “Primeira infância, na introdução deste documento).

Com relação a indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, o atendimento no eixo garantia de renda dá-se pela Busca Ativa e pelo Bolsa Família. A necessidade de apresentação de CPF e título de eleitor é flexibilizada para a inclusão de famílias indígenas e quilombolas no Cadastro Único. Essas famílias têm entrada prioritizada no Programa Bolsa Família.

Abaixo, quadro contendo a quantidade de famílias beneficiárias do Bolsa Família que se declararam, no ato do cadastramento, como parte de grupos e populações específicas. É possível que o número seja maior que o registrado porque nem todas as famílias desses grupos e populações se identificaram como tal ao realizarem o cadastramento.

GRUPOS ESPECÍFICOS	
Famílias no Programa Bolsa Família	Junho 2012
Indígenas	82.924
Quilombolas	56.110
Situação de rua	3.320
Cigana	549
Extrativista	2.406
Pescadores Artesanais	11.190
Comunidade de terreiro	117
Ribeirinha	3.156
Agricultores familiares	95.442
Assentada da Reforma Agrária	11.917
Programa Nacional de Crédito Fundiário	449
Acampada	1.081
Atingida por empreendimento de infraestrutura	375
Preso do Sistema Carcerário	1.142
Catadores material reciclável	7.501
TOTAL	277.679

Fonte: Folha de pagamento do Programa Bolsa Família (maio de 2012)

O BSM é destinado a todos os brasileiros em extrema pobreza, dos quais 71 % são negros. Ao ampliar o acesso da população extremamente pobre não só às políticas públicas de garantia de renda, mas também às de inclusão produtiva e aos serviços públicos, o Plano diminui as desigualdades e pavimentou o caminho para a cidadania.

No que diz respeito aos benefícios previdenciários, as ações de valorização têm sido constantes ao longo dos últimos 10 anos, especialmente em decorrência da política de valorização do salário mínimo, que aumentou 66% acima da inflação de 2002 a 2012.

Com relação à aposentadoria para quem se dedica ao trabalho doméstico não remunerado, em outubro de 2011 foi lançado o programa de aposentadoria para donos e donas de casa de famílias de baixa renda, que podem contribuir para a Previdência Social pagando uma alíquota de apenas 5% sobre o salário mínimo. Esses segurados têm direito a aposentadoria por idade ou por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão. Para se inscrever, basta ligar para o telefone 135. É preciso que a família esteja inscrita no Cadastro Único e tenha renda familiar de até dois salários mínimos.

Os idosos extremamente pobres são público-alvo do BPC, que, aliado às aposentadorias rurais e à política de valorização do salário mínimo, melhoraram o padrão de vida dos cidadãos mais idosos, reduzindo a 3% a incidência da extrema pobreza entre os maiores de sessenta anos. De junho de 2011 a junho de 2012, 178,7 mil novos beneficiários foram incorporados ao BPC, que chegou a 3.680.260 beneficiários.

Tanto o Abono Salarial quanto o Seguro-Desemprego são direitos assegurados para todos os trabalhadores do mercado formal de trabalho¹, que em larga medida não se encontram em situação de extrema pobreza.

Inclusão Produtiva

- Apoiar iniciativas autogestionárias desenvolvidas pelos movimentos sociais, tanto no campo como na cidade (nas áreas de produção agrícola, artesanato, habitação e gestão de equipamentos sociais).
- Investir fortemente na educação e qualificação dos catadores de material reciclável
- Combater o trabalho infantil e o trabalho em situação análoga à de escravidão.

As ações de qualificação e capacitação coordenadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram potencializadas pelo BSM e beneficiam 33.440 pessoas por meio de convênios com estados em empreendimentos de Economia Solidária. Outras 30.110 pessoas serão beneficiadas em novos convênios a serem celebrados em 2012, em 42 municípios com mais de 100 mil habitantes.

A ação de Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos fomenta empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis, para triagem e beneficiamento do lixo, em consonância com o novo modelo de tratamento integrado de resíduos e a erradicação dos lixões. As iniciativas apoiadas nessa ação visam favorecer a inserção sócio-econômica de catadores, promover a estruturação e melhorar a gestão dos empreendimentos, aumentando a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais. Os projetos incluem também formação, incubação e assessoria técnica. Essa é uma ação do BSM coordenada pela SENAES/MTE.

No Crescer, programa de microcrédito produtivo orientado que foi lançado no âmbito do BSM em 2011, houve um milhão de empréstimos entre setembro de 2011 e março de 2012, realizados por bancos públicos, totalizando mais de R\$ 1,2 bilhão em crédito. A redução dos juros de 60% para 8% ao ano e o compromisso dos bancos públicos permitiram que 200 mil pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família tomassem empréstimo produtivo do Programa Crescer

¹ Têm direito ao Abono Salarial os trabalhadores formais com remuneração mensal de até dois salários mínimos durante o ano-base. O Seguro-Desemprego é destinado aos trabalhadores demitidos sem justa causa.

só nos primeiros três meses desse programa. O Crescer é operado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Amazônia (BASA).

Além disso, o BSM está incentivando os trabalhadores autônomos a se tornarem microempreendedores individuais por meio da atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), determinante para que 7% das formalizações de micro empreendedores individuais (150 mil empreendedores do início de 2011 a maio de 2012) fossem de beneficiários do Bolsa Família.

O BSM conta com ações voltadas para o combate ao trabalho infantil por meio da rede da Assistência Social, em especial o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), fortalecido pela Lei 12.435/11 (Lei do SUAS). O combate ao trabalho infantil é favorecido também pelas ações de Busca Ativa e Abordagem Social, ampliadas pelo BSM.

Iniciativas do Plano como transferência de renda e fortalecimento da agricultura familiar, ao proporcionarem alívio da situação de pobreza, abrem as portas para inserções dignas no mundo do trabalho, porque asseguram um patamar mínimo de recursos para as famílias, evitando que sejam levadas a aceitar situações de trabalho degradante. Assim sendo, o Plano funciona numa lógica de prevenção de trabalho infantil e de situações análogas à de escravidão. Por outro lado, há ações de repressão e de fiscalização que, embora não sejam formalmente parte do BSM, contribuem para o combate a essas práticas.

Inclusão Produtiva Urbana

- Implementar ações de qualificação, orientação e intermediação profissional, aproveitando redes existentes para potencializar a intervenção e aumentar sua efetividade
- Promover uma efetiva articulação entre os programas de qualificação profissional e os beneficiários do Programa Bolsa Família: alfabetizar, assegurar conhecimentos básicos e capacitá-los em função das demandas do mercado.
- Articular e integrar os diversos programas federais de qualificação profissional que hoje se distribuem em vários ministérios, tais como Trabalho, Educação, Desenvolvimento Social, Saúde, Cidades e Turismo.
- Desenvolver políticas para que os jovens extremamente pobres venham a integrar ações de: educação; qualificação, orientação e intermediação profissional.
- Desenhar políticas de inclusão produtiva urbana que levem em conta as especificidades e realidades locais para possibilitar a inclusão das mulheres. Nesse sentido, são necessárias iniciativas como berçários, creches e escolas em tempo integral.



- Valorizar os saberes das mulheres.
- Implementar medidas que facilitem o transporte urbano das populações extremamente pobres de modo que possam qualificar-se e procurar emprego.

A grande inovação do BSM em termos de inclusão produtiva é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/BSM), destinado a jovens e adultos há muito tempo distantes das escolas e que necessitam de qualificação profissional para ampliar suas capacidades e gerar oportunidades de inclusão social e econômica. Os cursos do Pronatec/BSM são gratuitos. A iniciativa é uma parceria entre o MEC e o MDS. Em maio de 2012, havia mais de 256 mil vagas disponíveis em todo o Brasil e 123 mil pessoas inscritas em cursos que dialogam com as demandas do mercado de trabalho na região e observam as especificidades do público do BSM. Cerca de 70% dos inscritos são mulheres e 44% têm entre 18 e 28 anos. A meta é chegar a um milhão de pessoas qualificadas até 2014.

Os cursos estão disponíveis para pessoas de 16 a 59 anos inscritas ou em processo de inclusão no Cadastro Único, com prioridade para os beneficiários do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Qualquer membro da família pode participar do Pronatec/BSM, não havendo limite por família. Os cursos são ministrados pelo Sistema Nacional de Aprendizagem (Senai e Senac), pelos Institutos Federais de Educação Técnica e Tecnológica e pelas redes estaduais de ensino técnico. O material didático e escolar é gratuito e os alunos recebem recursos para transporte e alimentação.

São 189 tipos de cursos nas áreas de construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricista, auxiliar administrativo, entre outras. A maioria dos cursos do Pronatec/BSM são acessíveis inclusive a pessoas com pouca escolaridade. Os interessados devem procurar o CRAS mais próximo de sua residência ou a Secretaria de Assistência Social ou de Trabalho do município.

A oferta de cursos está articulada com outras políticas públicas de inserção profissional do BSM, como ações de orientação profissional, intermediação de mão-de-obra, economia solidária, apoio ao microcrédito e ao empreendedorismo individual. As articulações com as demais políticas da educação, através de reforço ou encaminhamento à Educação de Jovens e Adultos (EJA), são feitas localmente, por meio do direcionamento feito pela assistência social, previsto no ACESSUAS, descrito abaixo, ainda neste item.

No que diz respeito à inclusão produtiva das mulheres, além do Pronatec/BSM existe o Mulheres Mil, que, com base nos saberes acumulados das mulheres, promove a formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade. A oferta de formação varia de acordo com a experiência não-formal adquirida pela mulher ao longo da vida, com seus anseios pessoais e profissionais e com os arranjos produtivos locais, criando um itinerário formativo personalizado. As alunas têm diversas alternativas para ingressar no mundo do trabalho,

seja por meio do empreendedorismo individual, seja mediante a formação de cooperativas ou associações, seja em trabalhos com economia solidária ou em empregos formais. Coordenado pelo MEC e presente nas 27 unidades da Federação, o programa, que já atende mais de 10 mil brasileiras, é executado em 112 campi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e tem por meta atender 100 mil brasileiras até 2014.

Para facilitar a vida das mulheres que buscam qualificação e inserção no mercado de trabalho, porém não têm com quem deixar os filhos enquanto o fazem, o BSM, por meio da Ação Brasil Carinhoso, está estimulando os municípios a ofertarem mais vagas em creches a crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O incentivo se dá principalmente por meio do aumento de 50% no valor dos repasses per capita (feitos pelo MEC aos municípios) para as vagas ocupadas por essas crianças do Bolsa. Mais informações podem ser encontradas na introdução deste documento, no item “Primeira infância”.

Outro programa que tem influência sobre o tempo de que as mulheres dispõem para qualificação e inserção no mercado de trabalho é Mais Educação, do MEC, que prioriza as escolas com maioria de alunos beneficiários do Bolsa Família para a oferta de educação em período integral. Para mais informações, ver o item “Acesso a serviços – Outros”.

Ainda em termos de gênero, no campo do microcrédito, especificamente no Crediamigo do BNB, que faz parte do Crescer, mais de 70% dos empreendedores, tanto em 2009 quanto em 2010, são mulheres (perfil Cadastro Único).

No que diz respeito ao transporte, as alunas e os alunos do Pronatec/BSM e as alunas do Mulheres Mil recebem recursos para custear seus deslocamentos. Há também importantes ações referentes ao transporte urbano no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O BSM não inclui ações de infra-estrutura de transporte urbano, dentre outras que são contempladas pelo PAC, porque isso replicaria ações e instâncias de coordenação.

Para fortalecer as gestões municipais nesse processo de inclusão produtiva da população extremamente pobre foi criado o Programa Nacional para a Promoção da Interação ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS), no âmbito da assistência social. Com ele, os governos municipais recebem incentivos financeiros para mobilizar e acompanhar a população no processo de capacitação e inserção no mundo do trabalho.

O objetivo do ACESSUAS é promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por meio de ações articuladas e de mobilização social, com encaminhamento e acompanhamento para acesso a cursos de qualificação profissional e demais ações de inclusão produtiva. O público-alvo são populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade e risco social com idade entre 16 e 59 anos, em especial famílias e indivíduos com perfil do BSM. Os municípios que aderem ao ACESSUAS fazem a mobilização do público-alvo, seu encaminhamento a programas e ações de inclusão produtiva e o monitoramento de sua trajetória.

Para tanto, recebem repasses do Fundo Nacional de Assistência Social proporcionais ao número de indivíduos mobilizados, à quantidade de matrículas e à frequência aos cursos.

Por fim, além das iniciativas de economia solidária e da opção pelo empreendedorismo individual, outra forma de inclusão no mundo do trabalho é por meio das parcerias firmadas com a iniciativa privada para a contratação de pessoas qualificadas pelas ações do BSM, como foi feito com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS). O BSM também tem acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para a realização de atividades de qualificação e intermediação de mão-de-obra. A parceria envolve os Mega-Feirões do Emprego, que reúnem, num mesmo espaço, empregadores, candidatos a emprego, instituições de educação profissional e governos estaduais e municipais, facilitando o acesso a oportunidades de trabalho.

Inclusão Produtiva Rural

- Fortalecer a agricultura familiar com medidas que agreguem valor à produção, apoiando a utilização de sementes crioulas, a diversificação da produção, a aproximação entre a produção e o consumo, a utilização de práticas agroecológicas, o desenvolvimento de pesquisas apropriadas, a assistência técnica adequada, a oferta de crédito, o desenvolvimento da infraestrutura de armazenamento e escoamento e o associativismo.
- Desburocratizar o acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
- Rever e rediscutir a vigilância sanitária: as exigências atualmente requeridas contribuem para excluir o pequeno agricultor.
- Reconhecer os saberes das comunidades quilombolas no desenho e implementação de políticas públicas de combate à pobreza.
- Respeitar as identidades dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, desenvolvendo políticas específicas que considerem suas culturas.
- Resolver o problema dos acampados.
- Desenvolver medidas voltadas para a inclusão social dos assalariados rurais.
- Valorizar os saberes das mulheres.
- Assegurar o acesso à terra.

No campo, onde se encontra 47% da população brasileira em extrema pobreza, o BSM procura fortalecer as atividades realizadas por agricultores familiares extremamente pobres para melhorar suas condições de vida, sua produção e sua renda. As seguir, algumas das principais iniciativas do BSM no campo.

Em termos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), até 2014, 253 mil famílias de agricultores pobres terão acompanhamento continuado e individualizado por equipes profissionais contratadas prioritariamente na região pelo Governo Federal. A iniciativa é de responsabilidade do MDA. Cada grupo de mil famílias terá a assistência de um técnico de nível superior e de dez técnicos de nível médio. Em junho de 2012, 170 mil famílias no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, norte de Minas Gerais e Rio Grande do Sul já tinham garantia de ATER.

Em 2011 foi lançada uma chamada de ATER específica para atendimento de cinco mil famílias quilombolas. Novas chamadas serão lançadas para povos e comunidades tradicionais a partir do segundo semestre de 2012, envolvendo indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais.

No que diz respeito à questão de gênero, todas as chamadas públicas para contratação de serviços de ATER devem garantir que:

- Pelo menos 30% dos técnicos extensionistas sejam mulheres.
- As mulheres correspondam a, no mínimo, 30% do total de beneficiários dos serviços de ATER.
- As atividades coletivas, como reuniões e cursos, obedeçam à obrigatoriedade de, no mínimo, 30% de participação feminina.
- Na realização de atividades coletivas sejam ofertados espaços de recreação para as crianças.
- Os serviços dirigidos às mulheres fomentem e qualifiquem a produção de pequenos animais, hortas, frutas, panificação e extrativismo.
- Os projetos técnicos viabilizem o acesso das mulheres às políticas públicas de crédito, apoio à produção e comercialização, capazes de gerar renda com sustentabilidade econômica e ambiental.
- As tecnologias introduzidas sejam adequadas à realidade das mulheres.

Para que as famílias consigam implementar os projetos produtivos elaborados em conjunto com as equipes de assistência técnica, elas recebem R\$ 2.400 a fundo perdido, pagos em parcelas semestrais ao longo de dois anos, a fim de adquirir insumos e equipamentos. Desenhada especialmente para o BSM, a iniciativa, conhecida como Fomento, é do MDA e do MDS. Pesquisas mostram que o empoderamento das mulheres proporcionado pelo fato de em geral serem elas as titulares do cartão do Bolsa Família se traduz em sua participação ativa nas decisões sobre o uso dos recursos recebidos, cujo principal destino são itens de alimentação, vestuário e medicamentos. Com as transferências do Fomento, que também são pagas no cartão do Bolsa Família, as mulheres passam a ter voz também nas decisões sobre o investimento produtivo da família.



O BSM prevê também ações complementares ao Fomento, que é ofertado inclusive a povos e comunidades tradicionais, como a oferta de sementes e tecnologias da Embrapa adaptadas a cada região.

A produção orgânica e agroecológica é incentivada pelos agentes de ATER, assim como o uso de sementes crioulas, que podem ser compradas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (o PAA, descrito no parágrafo abaixo) onde houver disponibilidade para distribuição ao público de ATER. A comercialização das sementes crioulas é um avanço importante para garantir renda às comunidades produtoras e disseminar as tecnologias mais adequadas de acordo com as regiões atendidas pelas ações de inclusão produtiva rural.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um dos mais eficazes na ampliação do mercado do pequeno agricultor. Por meio dele, o Governo Federal compra a produção para doá-la a entidades assistenciais ou para a formação de estoques. O BSM está ampliando consideravelmente o PAA, que envolve a atuação do MDA, do MDS, da Conab, dos estados e dos municípios. Em 2011, o Programa atendeu 82 mil famílias em situação de extrema pobreza e até 2014 beneficiará 255 mil. Recentemente, foi definido que 5% do orçamento geral do PAA deve ser destinado à compra de produtos de organizações exclusivas ou com predominância da participação de mulheres. Além disso, as propostas de compra devem conter uma proporção mínima (entre 30% e 40%) de mulheres em relação ao total de produtores fornecedores.

No Programa Água para Todos, a meta é atender 750 mil famílias com a construção de cisternas e sistemas simplificados coletivos. As cisternas do Programa Água para Todos proporcionam redução do esforço e do tempo despendidos por mulheres e crianças, geralmente os membros da família incumbidos de buscar água a longas distâncias diante da ausência de outras formas estáveis de acesso à água de qualidade. As famílias também serão beneficiadas no Água para Todos por sistemas de água voltados para a produção. Coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), o Programa envolve também MDS, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundação Nacional de saúde (Funasa), Fundação Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil. Dentro do Programa há ações de acesso à água destinadas especificamente a comunidades indígenas e quilombolas.

As informações do Cadastro Único sobre acesso à água são utilizadas na definição das famílias a serem beneficiadas pelo Programa Água para Todos. Cruzamentos de dados do Cadastro Único (renda) e da DAP definem o público para ATER e Fomento. E batimentos entre o Cadastro Único (renda) e registros do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) conformam o público do Programa Bolsa Verde (detalhado abaixo, ainda neste item).

Em termos de compras privadas, a parceria do BSM com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) é um exemplo de oportunidade para as empresas e para a população extremamente pobre. O setor varejista está gerando trabalho e renda no campo com a compra e comercialização de produtos de agricultores familiares extremamente pobres. Para viabilizar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, foram assinados acordos de comercialização de farinha de mandioca, laranja, polpas e geleias com os estados de Alagoas, Sergipe e Acre, além de parcerias firmadas com as afiliadas da Abras nas regiões Sudeste, Sul e Norte e de acordos com as redes de supermercados Pão de Açúcar e Walmart (ver também item “Inclusão produtiva urbana”).

O Programa Bolsa Verde, criado em 2011 para fazer parte do BSM, alia transferência de renda a preservação ambiental e é voltado a famílias que desenvolvem atividades de conservação em fbreas nacionais, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federal e assentamentos ambientalmente diferenciados, além de territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. As famílias recebem pagamentos trimestrais de R\$ 300 por meio do cartão do Programa Bolsa Família, o que significa que também no Bolsa Verde a titularidade é predominantemente feminina. Coordenado pelo MMA, com participação do MDS, do MDA, do Incra, do ICMBio e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MP), o Programa visa à conservação de ativos ambientais e atenderá 73 mil famílias até 2014. O benefício do Bolsa Verde contribui para diminuir a situação de vulnerabilidade das famílias e incentiva a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

Um das ações mais importantes do BSM em termos de inclusão produtiva rural é a ampliação do acesso à DAP, inclusive para Povos e Comunidades Tradicionais, viabilizando o acesso dos agricultores familiares aos mercados. A DAP é um documento essencial para o reconhecimento dos agricultores familiares e também é uma porta de acesso a diversas políticas estruturantes e linhas de crédito. Faz parte do BSM o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que realiza mutirões para emissão de documentos civis, trabalhistas e da própria DAP. Os contratos firmados a partir de 2012 com empresas e entidades prestadoras do serviço de ATER preveem que além da assistência técnica, os agentes façam o trabalho de Busca Ativa para emissão da DAP e registro no Cadastro Único.

Hoje existem 4,216 milhões de registros válidos de estabelecimentos da agricultura familiar na base de dados da DAP, com cerca de sete milhões de CPFs vinculados. Segundo o Censo IBGE, em 2006 existiam 4,365 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar no país. São 22 unidades da federação que têm cobertura de DAP acima de 90% do universo da agricultura familiar identificado pelo IBGE.

A vulnerabilidade de renda e de serviços públicos dos acampamentos também é um dos pontos de atenção dentro da estratégia do BSM para o meio rural. Para tanto, além do reforço do trabalho das equipes municipais da gestão do Cadastro Único, o BSM trabalha em conjunto com o INCRA/MDA, que promove a formação dos assentamentos para as famílias rurais.



Outro público que requer especiais esforços de diversos órgãos do Governo Federal é o de assalariados rurais. Para tanto, o BSM se apoia nas políticas já consolidadas, como a Fiscalização para Combate ao Trabalho Escravo, e participa da formulação de políticas em conjunto com a sociedade civil para lidar com um problema que se apresenta de formas variadas por região e por produção. A estratégia ainda está sendo desenhada e será debatida em conjunto no Grupo de Trabalho Interministerial criado para discutir proposta de política nacional para os trabalhadores assalariados rurais (Portaria nº 295, de 27 de junho de 2012).

No que diz respeito às ações de governança fundiária e de assentamento de famílias, o BSM conta com a execução de políticas públicas já existentes no âmbito do MDA e do INCRA – assentamentos, crédito fundiário e regularização fundiária. A atuação de ambos está sendo estruturada no sentido de integrar as ações de reforma agrária com o BSM, abordando o acesso à terra como oportunidade para as famílias que vivem no campo e estão em situação de pobreza extrema, qualificando os assentamentos e as comunidades rurais.

Por fim, ressalte-se que os esforços do BSM no meio rural na região do semiárido foram afetados pelos impactos da maior estiagem dos últimos 50 anos. As ações do BSM evitaram que as famílias extremamente pobres da região sofressem ainda mais com a seca, mas ainda assim foi necessário um reforço dos investimentos do Governo Federal em ações emergenciais para reduzir os efeitos da estiagem. Desde abril, um conjunto abrangente de medidas vêm sendo implementadas para reforçar a rede de proteção social no semiárido. O total de investimentos em ações emergenciais é de R\$ 2,7 bilhões.

As medidas (detalhadas abaixo) abrangem ações como a implantação de cisternas, reforço da distribuição de água por carro-pipa, recuperação de poços, auxílio financeiro emergencial (Bolsa Estiagem), antecipação dos pagamentos do Programa Garantia-Safra, apoio à atividade econômica por meio de linha especial de crédito e venda de milho para alimentação animal a preços subsidiados.

No Programa Água Para Todos, já mencionado acima neste item, as medidas emergenciais envolvem realização de alterações em convênios existentes, novos convênios e aditivos, num total de R\$ 799 milhões. Na operação carro-pipa do Exército, para abastecimento de água para consumo, inclusive de cisternas, o valor destinado é de R\$ 164,6 milhões. Para a recuperação de poços, com instalação de estruturas de retirada de água em 2.400 poços já perfurados, o total é de R\$ 60 milhões.

Para a Bolsa Estiagem, auxílio financeiro emergencial pago aos agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que residam em município em Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, o valor destinado é de R\$ 200 milhões. A família deve estar registrada no Cadastro Único com renda familiar mensal média de até dois salários mínimos e não pode ter aderido ao Programa Garantia Safra 2011/2012. Cada família beneficiada recebe um total de R\$ 400, divididos em cinco parcelas mensais de R\$ 80.

Os pagamentos dos benefícios do Programa Garantia-Safra estão sendo antecipados para os agricultores que cumpriram as etapas de recebimento do programa. O valor total do repasse por aderido é de R\$ 680, dividido em cinco parcelas. São contemplados agricultores com renda de até 1,5 salário mínimo, em municípios com perda verificada de ao menos 50% da produção. Em junho de 2012 começaram os pagamentos da primeira parcela para 76.028 agricultores e agricultoras de 111 municípios dos estados da Bahia e Minas Gerais. O valor destinado a esta ação emergencial é de R\$ 500 milhões.

Foram disponibilizados R\$ 1 bilhão, por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para concessão de crédito de investimento, capital de giro e custeio agrícola e pecuário para produtores rurais, comerciantes, prestadores de serviços, empresas agroindustriais e industriais prejudicados pela estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A linha de crédito emergencial é operada com exclusividade pelo Banco do Nordeste e o limite de crédito varia de R\$ 12 mil a R\$ 100 mil, com juros de até 3,5% ao ano. Serão beneficiados os empreendimentos localizados em municípios com decretos de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública reconhecidos pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, a partir de 1º de dezembro de 2011. Os interessados em acessar as linhas devem procurar a unidade do Banco do Nordeste mais próxima, ou ligar gratuitamente para 0800 728 3030.

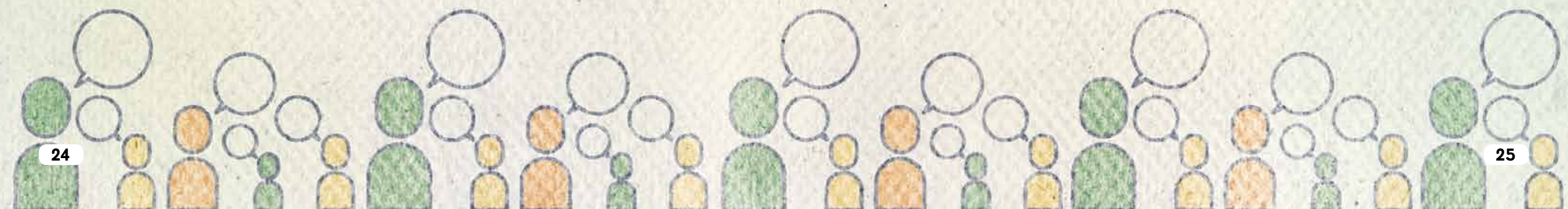
Também encontra-se em operação a venda de milho para consumo animal a balcão a preços subsidiados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os agricultores interessados em adquirir o produto devem procurar a unidade de comercialização da Conab mais próxima de sua propriedade. A lista dos pontos de abastecimento está na página da Conab na internet www.conab.gov.br e nas Superintendências Regionais da Conab em todos os estados do Nordeste.

Acesso a serviços – sensibilização para atendimento ao público-alvo

- Sensibilizar e mobilizar servidores públicos para um atendimento mais adequado às necessidades da população extremamente pobre.
- Simplificar procedimentos para acesso a programas para populações que vivem em situação de extrema pobreza.

As ações incluídas no BSM consideraram as especificidades da população em extrema pobreza e suas dificuldades em acessar os serviços públicos. O atendimento aos extremamente pobres exige um redesenho específico das políticas públicas disponíveis, além de inovação.

As privações a que as famílias extremamente pobres são submetidas fazem delas um público especial, a ser atendido com atenção e paciência redobradas. Daí a necessidade da sensibilização de agentes públicos no trato com essa população, principalmente através de capacitações.



No meio rural, foram diagnosticados problemas de emissão de DAP, dificuldades de acesso ao crédito, produção escassa e dificuldades de comercialização dos produtos das famílias de agricultores extremamente pobres. Para melhorar efetivamente a vida dessas famílias, foi necessário articular ações de documentação, assistência técnica, distribuição de insumos, acesso ao fomento (recursos a fundo perdido para evitar o endividamento das famílias) e apoio à comercialização dos produtos através das compras institucionais, como explicado no item “Inclusão produtiva rural”. A ação articulada e que busca as famílias do público-alvo, sem esperar que procurem o poder público, vem facilitando muito o acesso às ações elencadas.

No caso específico da oferta de ATER, os extensionistas contratados no âmbito do BSM são treinados para tratar com todo o cuidado o público da extrema pobreza. As equipes são multidisciplinares e capacitadas para não só formular os projetos produtivos em acordo com a família, mas também encaminhar os possíveis problemas e demandas das famílias aos serviços públicos adequados. Para mais informações sobre os tópicos acima, consultar o item “inclusão produtiva rural”.

No Pronatec/BSM, o MDS, o MEC e as instituições ofertantes estão atuando na adequação da metodologia empregada nos cursos de qualificação profissional, de modo a adaptá-la ao público do Plano. Esse esforço expressa a preocupação em criar as condições para o acolhimento de alunos que, em sua maioria, apresenta baixa escolaridade e pouca vivência no ambiente das escolas, sejam as tradicionais ou as de ensino técnico profissionalizante.

Essa metodologia prepara os profissionais e professores das instituições ofertantes para receber o público do BSM, ajudando-o a completar com êxito os cursos e a conhecer e aproveitar as oportunidades de inclusão produtiva advindas da capacitação profissional, seja pela inserção em empregos com carteira assinada, como microempreendedor individual (MEI) ou em empreendimentos econômicos solidários.

A necessidade de apresentação de CPF e título de eleitor é flexibilizada para a inclusão de famílias indígenas e quilombolas no Cadastro Único.

Acesso a serviços – Saúde, Educação e outros serviços

- Universalizar o acesso a documentos, especialmente registro civil de nascimento, para toda a população extremamente pobre.
- Articular com as redes de saúde, educação, alimentação e assistência social para promover atendimento integrado e de qualidade para a população que vive em situação de pobreza extrema.
- Aumentar a cobertura da estratégia Saúde da Família.

- Implementar medidas para erradicar doenças que acometem especialmente os mais pobres, como, por exemplo, a hanseníase, a malária e a dengue.
- Implementar políticas públicas de saneamento.
- Universalizar o acesso à energia.
- Assegurar o acesso da população extremamente pobre a serviços básicos por meio de tarifas sociais.
- Aumentar o número de escolas nas áreas rurais, bem como de professores qualificados.
- Erradicar o analfabetismo.

Para a documentação civil da população em extrema pobreza, os mutirões realizados pelo PNDTR (ver itens “Inclusão produtiva rural” e “Acesso a serviços – sensibilização para atendimento ao público-alvo”) emitem gratuitamente registro de identificação civil, trabalhista e profissional. Além disso, em 2012, os mutirões terão ainda mais integração com os esforços para registro no Cadastro Único, ampliando sua efetividade e abrangência.

A integração dos serviços sociais na ponta é um desafio colocado para a superação da extrema pobreza. Para tanto, são fundamentais as iniciativas de fortalecimento e expansão da rede da Assistência Social, capaz de fazer o encaminhamento e referenciamento aos serviços públicos adequados às necessidades familiares (mais sobre o assunto no item “Acesso a serviços – Assistência Social”). Além disso, algumas políticas possuem integração essencial para a chegada ao público do BSM. É o caso do Programa Saúde na Escola, cuja expansão no BSM é dada pela priorização de municípios e escolas com maior número de beneficiários do Bolsa Família. Nesse programa, as Equipes de Saúde da Família chegam às escolas – e agora, com o Brasil Carinhoso, também chegarão às pré-escolas e creches – para as campanhas de vacinação, educação sanitária e exames clínicos de atenção básica. Mais informações sobre o assunto integração estão disponíveis no item “Intersetorialidade e territorialidade”.

O BSM também contempla o aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados, com foco na população em situação de extrema pobreza, incluindo uma série de iniciativas, que passamos a descrever abaixo.

Em termos de Educação, além da alfabetização de adultos, com o Programa Brasil Alfabetizado, o BSM conta com o Programa Mais Educação, fio condutor do Plano na área de educação básica. O Programa visa à qualificação do ensino no país, por meio da ampliação do tempo e da qualidade da permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escolas públicas, com oferta de educação básica em tempo integral. Em sua expansão, o Mais Educação prioriza escolas com maioria de estudantes do Bolsa Família. Das mais de 18 mil novas escolas que em 2012 aderiram ao Programa Mais Educação, 68% têm maioria de estudantes do Bolsa, comparadas a 35% no ano anterior. Ainda em termos de educação, o BSM vai proporcionar a ampliação de vagas para crianças de 0 a 48 meses, especialmente



as do Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público, como parte da Ação Brasil Carinhoso. Para mais informações a esse respeito, ver o item “Primeira infância”, na introdução deste documento.

Na área da Saúde, o BSM reorienta as ações de acesso, priorizando os municípios com grande incidência de extrema pobreza nas ações de: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Brasil Sorridente, Rede Cegonha e distribuição de medicamentos. No caso das UBS, o BSM está proporcionando a expansão em municípios que além da alta concentração de extrema pobreza têm déficit de equipamentos. Já o Brasil Sorridente está implantando Unidades Odontológicas Móveis, além de confeccionar e distribuir de próteses dentárias. A estratégia de expansão do Programa Saúde da Família também considerou os municípios com maior concentração de pessoas em extrema pobreza.

Na Ação Brasil Carinhoso, o Programa Saúde na Escola será estendido às creches e pré-escolas, ampliando ações de promoção e a prevenção na primeira infância. O MS vai expandir a distribuição de doses de vitamina A para crianças entre 6 meses e 5 anos, aumentar a oferta de sulfato ferroso para as crianças menores de 24 meses e distribuir gratuitamente medicamentos para asma. Mais informações no item “Primeira infância”, que é parte da introdução deste documento.

Outra medida importante tomada no âmbito do BSM foi o reajuste do Piso de Atenção Básica, privilegiando com repasses maiores os municípios com maior incidência de extrema pobreza.

Ações de combate às doenças da pobreza também fazem parte do BSM e já estão sendo implementadas pelo MS. Um exemplo são os moradores de municípios com alta concentração de extrema pobreza que serão beneficiados por investimento de R\$ 45,7 milhões para enfrentar doenças como hanseníase, tracoma, geohelmintíases e esquistossomose, dos quais R\$ 25,9 milhões já foram repassados. Há também um acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para ampliar estudos sobre as doenças da pobreza.

Vale ressaltar que o saneamento básico é essencial nesse esforço, e já faz parte de uma grande política estruturante, o PAC. Quanto à energia elétrica, a meta do BSM para universalizar o acesso prevê atender 257 mil famílias rurais em situação de extrema pobreza até 2014. Até março de 2012, o Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, já havia alcançado 44% da meta, totalizando 114 mil ligações. Há também a Tarifa Social de Energia Elétrica, desconto na conta de energia para as famílias inscritas no Cadastro Único com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, que foi estendida aos usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). As famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único com renda familiar per capita menor ou igual a meio salário mínimo, ou que tenham entre seus membros algum beneficiário do BPC, podem requerer desconto de 100% na conta de luz até o limite de consumo de 50 Kwh/mês. Ver também as informações constantes do item “Busca Ativa”. Existe ainda o Acesso

Individual Classe Especial (AICE), também conhecido como Telefone Popular, que é um telefone fixo residencial destinado exclusivamente às famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único, oferecendo condições especiais de contratação do serviço com tarifa reduzida.

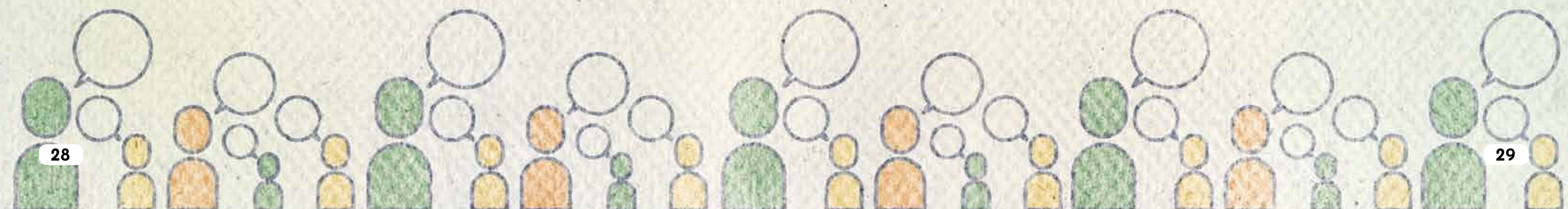
Ações previstas no Pronacampo, programa lançado em 2012 pelo MEC e que tem uma série de ações voltadas para a pauta da educação no campo, ainda estão em fase inicial de implementação. Dentre essas ações, destaque para a qualificação das escolas rurais e a qualificação profissional para o trabalhador rural.

No que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional, ver itens “Inclusão produtiva rural”, “Acesso a serviços – Segurança Alimentar e Nutricional” e, na introdução do documento, “Primeira infância”.

Acesso a serviços – Assistência Social

- Aprovar o Projeto de Lei nº 3.077 (PL SUAS), que estabelece objetivos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Disponibilizar equipamentos sociais além dos horários comerciais, de modo a facilitar o acesso dos trabalhadores.
- Adotar medidas concretas para que a população em situação de rua e os catadores de material reciclável acessem os serviços públicos.
- Fortalecer os Centros POP.
- Implementar medidas de acesso ao BPC às pessoas com deficiência extremamente pobres que não podem sair de suas casas.
- Desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos idosos extremamente pobres.
- Abordar as violações de direitos humanos que sistematicamente acometem os mais pobres e grupos vulneráveis.

O PL SUAS foi aprovado e virou a Lei 12.435/2011. Reafirmando os objetivos da política de Assistência Social – garantir proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice – a nova Lei acolhe a institucionalização do Sistema Único de Assistência Social, (SUAS), inspirado no modelo que vigora na saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento e organização dos serviços em bases territoriais e arranjos regionais (abrangência municipal, estadual ou regional). Essa é uma modelagem defendida por organizações sociais e profissionais do campo da assistência social. A Lei institucionaliza também a exigência de controle social, monitoramento e avaliação das políticas da assistência social.



A Lei 12.435/2011 representa o acolhimento do SUAS no corpo da Lei Orgânica da Assistência Social. Ficam assim ancorados no texto legal os objetivos e as competências desta política, as ofertas em níveis básico e especial de proteção, a instalação e os padrões dos equipamentos CRAS e CREAS, assim como as responsabilidades federativas. Na gestão o destaque é o sistema de informação, monitoramento e avaliação e a instituição do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS).

O BSM amplia a rede de Assistência Social, por meio dos CRAS e CREAS, e cria equipes volantes e CRAS itinerantes para atender a população que antes não tinha acesso aos equipamentos de Assistência Social. Proporciona também programas de qualificação e capacitação dos servidores da rede de assistência. O horário de funcionamento dos CRAS é definido no âmbito municipal. Quase 1.200 CRAS funcionam, diariamente, além das 8 horas por dia, e mais de 100 CRAS funcionam além de cinco dias na semana, de acordo com o Censo Suas 2011. Alguns equipamentos de saúde funcionam em horários diferentes, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs).

O BSM tem ações de apoio à população em situação de rua, incluindo Consultórios na Rua, Unidades de Acolhimento, CAPs 24 horas, ampliação do número de vagas em abrigos e expansão das unidades de Centros POP, voltadas para o atendimento dessa população, com cofinanciamento para 250 novas unidades até 2014, sendo 85 já em 2012. A nova versão do Cadastro Único possibilita às administrações estaduais e municipais identificar a população de baixa renda para acesso a serviços e benefícios, incluindo a população em situação de rua e os catadores de material reciclável.

Conforme a situação específica, a inclusão de pessoas com deficiência extremamente pobres que não podem sair de suas casas é facilitada por meio das ações de Busca Ativa, Equipes Volantes e Articulação com os CRAS, incluindo a implementação do novo serviço tipificado de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Também contribuem na ação de inclusão de jovens e idosos os Serviços de Convivência (SCFV/CRAS) e Serviços de Acolhimento específicos.

Os casos de violações de direitos humanos são tratados por instâncias já constituídas. Mas para os segmentos vulneráveis de população em extrema pobreza, atendidos pela rede de assistência de acordo com a situação de risco social e pessoal, o BSM contempla: ações de expansão e qualificação das redes e dos serviços ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP); Busca Ativa; Abordagem Social; Equipes Volantes e Serviços de Acolhimento. No caso da população de rua, além da ampliação da rede, o BSM introduziu nova lógica de integração de serviços especializados com a rede de abrigos.

Acesso a serviços – Segurança Alimentar e Nutricional

- Assegurar o direito humano à alimentação adequada, necessidade básica para uma vida digna.
- Implementar, em parceria com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o MS e o MDS, uma estratégia nacional de enfrentamento do sobrepeso e da obesidade, problema que vem atingindo fortemente os mais pobres, tendo em vista que a alimentação mais barata é rica em calorias de má qualidade (especialmente açúcar e gordura).
- Desenvolver programas de alimentação que aproveitem os hábitos alimentares locais.
- Combater o desperdício de alimentos.

Assegurar o direito à alimentação adequada é responsabilidade do poder público. A institucionalização de uma política de segurança alimentar e nutricional foi um dos importantes ganhos advindos dos avanços da política social brasileira. O escopo da segurança alimentar e nutricional como tema de política pública é construído com a efetiva participação do CONSEA.

Em 2011, iniciou-se o processo de elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), com a participação efetiva de nove ministérios que atuam no tema, além do Consea e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Houve uma consulta técnica com especialistas e discussões no âmbito do CONSEA para o aprimoramento do Plano, cujo lançamento está previsto para o segundo semestre de 2012.

Também em 2011 iniciou-se o processo de elaboração do marco de referência de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as Políticas Públicas, com o objetivo de reorientar e efetivar as ações de EAN em diversos setores de atuação do Governo Federal (Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, por exemplo), incluindo o respeito aos hábitos alimentares locais. O Marco vem sendo elaborado a partir de iniciativa do MDS em parceria com MS, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), CONSEA, Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN) e Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). Em junho a proposta entraria em fase de consulta pública, com lançamento previsto para agosto. Há também ações de EAN desenvolvidas pelo MDS em parceria com a Universidade de Brasília e a FIOCRUZ, a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

Em 2012, também estão previstas pelo MDS ações de qualificação da gestão dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, visando, entre outros objetivos, a aprimorar a oferta de alimentação adequada e saudável, diversificando ainda mais a utilização nos cardápios de gêneros alimentícios que respeitem os hábitos alimentares locais.

Dentre os equipamentos de alimentação e nutrição apoiados pelo MDS, dois tipos contribuem diretamente para o abastecimento e o combate ao desperdício de alimentos: os Bancos de Alimentos (são 73 unidades em funcionamento em 72 municípios) e as Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar (são 26 unidades em implantação desde 2011, em 26 municípios de 24 Territórios da Cidadania). Em 2012, além de disponibilizar recursos para a implantação de novos equipamentos, o MDS também está direcionando recursos para ações de modernização dos equipamentos que integram a rede focada no abastecimento e no combate ao desperdício, em parceria com outros órgãos do Governo Federal.

Pacto Federativo

- Esclarecer quais são os instrumentos de gestão do BSM para as prefeituras.
- Explicar o papel dos estados no Plano BSM.

Os municípios são os responsáveis pelo registro, manutenção e atualização das informações das famílias no Cadastro Único (ver introdução e item “Busca Ativa”); pela iniciativa de aderir às expansões da rede SUAS (ver item “Acesso a serviços – Assistência Social”); pela iniciativa de pactuar cursos do Pronatec e de organizar sua rede de serviços de Assistência Social e de trabalho em prol da melhor inserção produtiva da população em extrema pobreza (ver item “Inclusão produtiva urbana”); pela iniciativa de aderir à expansão do Programa Mais Educação; pela construção de UBS (ver item “Acesso a serviços – Saúde, Educação e outros serviços”); entre outras ações.

Para apoiá-los nessas tarefas, e também na gestão do Programa Bolsa Família, o MDS faz repasses mensais de recursos financeiros, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Quanto melhor o desempenho do município na gestão do Bolsa Família e do Cadastro, mais recursos ele recebe. Após o lançamento do BSM, o valor de referência do IGD foi reajustado em 30%, e passou a ser multiplicado pela quantidade de cadastros válidos e atualizados no município, e não mais pela quantidade de famílias em situação de pobreza – refletindo melhor o esforço de cadastramento da prefeitura. Os estados também recebem IGD.

Após o lançamento do BSM foi criado o IGDSUAS, instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial nos estados e municípios. Conforme os resultados alcançados, a União apoia financeiramente o aprimoramento da gestão como forma de incentivo.

Ainda visando apoiar os entes federados em seus esforços de gestão das ações sociais, uma série de ferramentas foram desenvolvidas e estão disponibilizadas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) no endereço aplicacoes.mds.gov.br/sagi (sem www):

- Localize Unidades e Equipamentos – localização dos equipamentos de assistência em cada município;

- Data Social – dados e indicadores sociais, econômicos e demográficos de cada município;
- Pesquisas de Avaliação – dados das pesquisas realizadas no âmbito do MDS;
- Relatórios de Informações Sociais (RI) – informações sobre os Programas Sociais do MDS;
- Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos – Informações sobre oportunidade de inclusão produtiva e disponibilidade de serviços nos municípios brasileiros;
- Painel de Acompanhamento da Conjuntura e Programas Sociais – Apresentação articulada de indicadores relacionados à assistência social.

Quanto aos estados, além de tudo o que foi mencionado acima, eles foram convidados a articular, apoiar e mobilizar os municípios para a erradicação da extrema pobreza. Os governadores de todos os estados assinaram os pactos do BSM em suas respectivas regiões (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Os estados também são estimulados a elaborar seus próprios planos de combate à miséria, incluindo ações nos três eixos do Plano (garantia de renda, inclusão produtiva urbana e rural e acesso a serviços), adaptadas às manifestações da extrema pobreza na região. Nos dias 4 e 5 de junho de 2012 realizou-se no Rio de Janeiro o “Seminário Nacional – Participação Federativa no Brasil Sem Miséria”, onde constatou-se mais uma vez o forte engajamento dos estados no Plano, combinando soluções propostas pelo Governo Federal a ações desenhadas e implementadas nos estados com recursos próprios. Vale ressaltar que após o lançamento do BSM, nove estados e o Distrito Federal fecharam acordos para complementar a transferência de renda do Programa Bolsa Família: Amapá, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, e o já mencionado Distrito Federal.

Intersetorialidade e Territorialidade

- Operacionalizar efetiva intersetorialidade entre as diversas áreas de governo.
- Considerar as especificidades de cada território no combate à pobreza.

A extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda – insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia. Superar a extrema pobreza requer, portanto, a ação intersetorial do Estado.

É por isso que o BSM, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), envolve também a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência da República; o Ministério da Fazenda; o do Planejamento, Orçamento e Gestão; o do Desenvolvimento Agrário; o da Educação; o da Saúde; o das Cidades; o do Trabalho e Emprego; o da Integração Nacional;



o do Meio Ambiente; o de Minas e Energia e outros ministérios, além de bancos públicos, outros órgãos e entidades, estados e municípios, com apoio do setor privado e do terceiro setor.

A intersectorialidade construída a partir do Programa Bolsa Família é paradigmática no Plano: os valores do Bolsa Verde e do Fomento são pagos no mesmo cartão do Bolsa Família; a atuação da rede de saúde viabiliza o pagamento de benefícios a gestantes; e o MEC prioriza escolas com maioria de estudantes do Bolsa Família na expansão do Programa Mais Educação, para citar apenas alguns exemplos.

No caso da criação do Bolsa Verde, por exemplo, a capacidade de articulação do BSM teve um papel fundamental, viabilizando a operacionalização do Programa, que envolve o Ministério do Meio Ambiente (MMA) na coordenação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Agrário (MDS) nos pagamentos, o ICMBio e o Incra no trato com os beneficiários na ponta, bem como as áreas de assistência social nos municípios e estados. A articulação de todos esses atores, necessária à implantação do programa, deu-se nas salas de situação do BSM, que fazem parte da estrutura de monitoramento do Plano. Tanto essa estrutura de monitoramento quanto a de pactuação federativa (mencionada no item “Pacto Federativo”) foram implementadas com a finalidade de garantir a integralidade das ações necessárias para o atendimento do público do Plano.

O BSM também está atento às especificidades das regiões. No Norte, por exemplo, dadas as grandes distâncias a percorrer nos rios para chegar a muitas das famílias extremamente pobres, está prevista, até 2014, a entrega de 129 embarcações para Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) itinerante. Por conta da enorme cobertura vegetal a preservar na região amazônica, o Programa Bolsa Verde já havia beneficiado 23 mil famílias no Norte até maio de 2012. Há também ações próprias dos estados e municípios desenhadas especialmente para seus territórios (ver o item “Pacto Federativo”).

Orçamento

- Tornar o BSM Prioridade no Plano Plurianual 2012-2015.
- Divulgar o orçamento do BSM.
- Mobilizar recursos orçamentários para que o BSM alcance sua meta.
- Aplicar 1% do lucro anual das estatais na implementação do BSM.

A importância do BSM para o Governo Federal é atestada pelo fato de suas metas terem sido incorporadas como prioritárias na Lei do novo PPA (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012), que em seu artigo 19 estabelece o Plano como uma das prioridades da Administração Pública Federal.

As informações sobre o orçamento do BSM estão disponíveis em dois documentos: “Orçamento Federal ao alcance de Todos 2012” (página 17, item “Assistência Social”) e “Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 – Detalhamento das ações” (a partir da página 105), que podem ser consultados nos seguintes endereços:

https://www.portalsf.planejamento.gov.br/sof/orc_2012/ploa2012/Orc_Alc_Todos_27092011_web.pdf

https://www.portalsf.planejamento.gov.br/sof/orc_2012/ploa2012/ic_Volume_I_do_1_ao_10.pdf

Algumas particularidades do orçamento do BSM estão discutidas na introdução do presente documento, no item “Características das iniciativas que compõem o BSM”.

Cabe destacar que, dada importância conferida às ações do BSM no Governo Federal, o contexto não é de restrição orçamentária às ações do Plano. O compromisso assumido em conjunto com os ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda é de garantir os recursos necessários à execução do Plano para o cumprimento das metas estabelecidas até 2014. Deste modo, a mobilização de recursos das empresas estatais não configura prioridade. Ainda assim, as empresas estatais já aplicam um volume razoável de recursos em ações de responsabilidade social que envolvem o público do BSM. Um desafio para o Governo Federal é o de aperfeiçoar mecanismos que levem as estatais a acentuar foco nesse público, que tende a ser menos atendido que o de baixa renda ou em situação de pobreza, dada a maior complexidade do trabalho requerido junto à extrema pobreza. Esse desafio é válido também para os movimentos sociais, que podem buscar um foco maior no público do BSM em suas ações.

Estatísticas

- Rever o conceito de população rural utilizado pelos órgãos oficiais, pois dependendo de sua compreensão ele pode gerar mais pessoas nessa situação do que o número informado pelo IBGE.
- Aperfeiçoar a forma de coleta de informações pelo IBGE, de modo a não deixar de fora grupos populacionais como: população em situação de rua, catadores de material reciclável, comunidades e povos tradicionais.

Quando se trata de população rural, o BSM não usa apenas os números do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas também considera as informações do Censo Agropecuário de 2006, do Cadastro Único, do Bolsa Família e de outros registros, tais como: DAP, Garantia Safra e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entre outros.

A reestruturação das pesquisas domiciliares do IBGE contemplará amostras maiores e capazes de capturar de forma mais detalhada informações sobre catadores de materiais recicláveis e povos e comunidades tradicionais. Entretanto, pelo fato de o modelo de pesquisas adotado pelo IBGE ser domiciliar, a população de rua requer pesquisas específicas com outros desenhos amostrais.



Participação Social

- Definir como as organizações da sociedade civil que têm elevada capilaridade poderão participar e contribuir com o Plano BSM.
- Rever e adequar o marco legal que rege as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil de modo a fortalecer essas entidades a partir da articulação e consolidação de mecanismos que assegurem a transparência e efetividade de suas ações.
- O Plano deve ser acompanhado de uma ampla mobilização social para assegurar sua divulgação junto à população.
- Articular o BSM com a realização das conferências nacionais como a de Assistência Social, a de Segurança Alimentar e a de Políticas para as Mulheres.
- Dialogar com o processo de organização da Rio+20.

As políticas públicas integrantes do BSM contam com instâncias já consolidadas em conselhos e fóruns constituídos pelos ministérios responsáveis em parceria com a sociedade civil. A participação social no Plano não visa replicar ou substituir as instâncias já existentes, mas pautar a discussão do BSM enquanto estratégia abrangente para a superação da extrema pobreza e promover a articulação de políticas de forma transversal por meio do debate com a sociedade.

Várias ações do BSM contam com a parceria de entidades da sociedade civil que participam ativamente da implementação do Plano, como no caso das ações de inclusão produtiva rural. No Programa Água para Todos, por exemplo, isso se dá por meio dos conselhos e outros fóruns de participação que precedem a instalação das cisternas na chegada às comunidades.

No âmbito da Busca Ativa para inclusão e atualização cadastral, a participação das organizações da sociedade civil deve ser articulada junto ao responsável pelo Programa Bolsa Família e pelo Cadastro Único em cada esfera federativa. Para encontrar o contato do responsável em seu estado, acesse <http://www.mds.gov.br/sistemagestaobolsafamilia/>.

Atualmente, no âmbito do cadastramento de acampados, assentados e agricultores familiares, por exemplo, há ações estruturadas com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento Terra, Trabalho, e Liberdade (MTTL) e sindicatos rurais, entre outros. É importante que as organizações da sociedade civil com mais potencialidade de ação contatem os gestores estaduais do Cadastro Único a fim de estimular a Busca Ativa e disponibilizar informações à população para apoiar ações de cadastramento.

Com relação ao marco legal para participação social, foi realizado, em 2011, o Seminário sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, no qual Governo e organizações

analisaram questões relativas a: sustentabilidade e fortalecimento institucional das organizações não-governamentais; relacionamento entre governo e sociedade para a implementação de políticas públicas; credenciamento, titulação e/ou qualificação das organizações pelo Estado; responsabilização e prestação de contas (accountability) relativas aos recursos públicos alocados pelo governo nas parcerias com essas organizações.

Ademais, conforme dito anteriormente, foram realizados oito grandes Diálogos, organizados pela Secretaria Geral e pelo MDS, antes do lançamento do Plano. Grande parte das contribuições feitas naquela ocasião foram incorporadas ao BSM, como mostra este documento.

A continuidade deste processo dar-se-á com a realização dos “Diálogos Governo-Sociedade Civil: BSM”, no dia 8 de agosto de 2012. Ressalte-se que o BSM foi abordado na 8ª Conferência Nacional de Assistência Social, na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e na 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, todas realizadas ainda em 2011. Para as conferências que serão realizadas em 2012 e 2013, a Secretaria Geral e o MDS apresentarão às comissões organizadoras propostas de inclusão do tema como orientador de debates no processo conferencial.

Na Rio+20, o MDS coordenou a organização do espaço “Arena Socioambiental”, no Aterro do Flamengo, junto à Cúpula dos Povos, criando as condições objetivas para viabilizar o diálogo direto entre o Governo Federal e os movimentos sociais que participaram da Cúpula dos Povos. Cerca de 15 mil pessoas participaram presencialmente dos debates realizados na “Arena Socioambiental”, envolvendo 11 ministros, uma série de especialistas e de representantes de vários segmentos da sociedade civil. Os canais online disponibilizados ao longo do evento tiveram ampla participação: 458 mil pessoas visitaram a página do Facebook e o evento foi o item mais comentado no Twitter na semana, com mais de 50 mil menções. Houve 42 horas de transmissão de imagens ao vivo pela internet, com audiência diária média de sete mil pessoas. Dentre os assuntos debatidos, o BSM foi um dos mais comentados pelos participantes, presencialmente ou nas redes sociais.

No que diz respeito aos debates entre representantes dos governos, ocorridos no Rio Centro, a erradicação da pobreza foi um dos assuntos mais debatidos, tendo inclusive obtido espaço de destaque no documento final. Em eventos paralelos no Rio Centro, o sistema de proteção social brasileiro foi mencionado frequentemente como um paradigma na superação da pobreza e da extrema pobreza.



GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABRACEN - Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento

ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados

ACESSUAS - Programa Nacional para a Promoção da Interação ao Mundo do Trabalho

ASBRAN - Associação Brasileira de Nutrição

ATER - Assistência Técnica Rural

BSM - Brasil Sem Miséria

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CAPs - Centros de Atenção Psicossocial

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IGD - Índice de Gestão Descentralizada

IGDSUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação

MS - Ministério da Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RI - Relatório de Informações Sociais

SESI - Serviço Social da Indústria

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESEP - Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

UBS - Unidades Básicas de Saúde





PLANO
**BRASIL
SEM
MISÉRIA**

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

